

Luciano Ramos de Oliveira  
João Costa-Neto

# **REGRAS E PRINCÍPIOS EMPRESARIAIS**

análise da Lei de Recuperação Judicial  
à luz dos julgados do STJ e da Suprema  
Corte dos Estados Unidos

Prefácio de Gilmar Ferreira Mendes

Editora Lumen Juris  
Rio de Janeiro  
2023

STJ00118809

Copyright © 2023 by Luciano Ramos de Oliveira  
João Costa-Neto

Categoria: Direito Empresarial e Comercial

PRODUÇÃO EDITORIAL  
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Rômulo Lentini

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.  
não se responsabiliza pelas opiniões  
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, inclusive quanto às características gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895, de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à  
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil  
*Printed in Brazil*

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

---

O48r

Oliveira, Luciano Ramos de

Regras e princípios empresariais : análise da lei de recuperação judicial à luz dos julgados do STJ e da Suprema Corte dos Estados Unidos / Luciano Ramos de Oliveira, João Costa-Neto. – Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2023.  
196 p. ; 21 cm.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-519-2312-2

1. Superior Tribunal de Justiça (STJ). 2. Direito mercantil. 3. Direito falimentar. 4. Falência - Brasil. 5. Estados Unidos. Supreme Court. I. Costa-Neto, João. II. Título.

CDD 346.81078

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

# Sumário

<b>Introdução .....</b>	<b>1</b>
<b>1 Pressupostos Históricos e Teóricos do Direito Mercantil... 7</b>	
1.1 Aspectos propedêuticos .....	8
1.2 Autonomia e dignidade científica do Direito Mercantil....	10
<b>2 Trajeto do Direito Falimentar até o Ideário da Preservação da Empresa: Experiências Estadunidense e Brasileira.....</b>	<b>25</b>
2.1 Breve histórico do Direito Falimentar estadunidense.....	25
2.2 Formação do Direito Falimentar brasileiro e o nascedouro da preservação da empresa .....	44
2.3 Convergência entre os sistemas estadunidense e brasileiro sobre a regra do <i>stay period</i> : breve paralelo ....	54
<b>3 Caminho Principiológico Adotado pelo Superior Tribunal de Justiça e Doutrina Positivista .....</b>	<b>61</b>
3.1 Das regras e dos princípios.....	61
3.2 O <i>stay period</i> e a decisão do Superior Tribunal de Justiça: tensão teórica e desdobramentos práticos .....	65
<b>4 A Primazia da Regra na Escola Positivista e a Prorrogação do <i>Stay Period</i> .....</b>	<b>85</b>
4.1 Função da regra no sistema jurídico positivista e teorias de Jeremy Bentham e de John Austin .....	86

4.2 H.L.A Hart, Frederick Schauer, Joseph Raz e a função da regra .....	93
4.2.1 A regra em H.L.A Hart .....	94
4.2.2 A regra segundo Frederick Schauer .....	98
4.2.3 Regra e autoridade do sistema jurídico em Joseph Raz .....	102
4.3 Noções de derrotabilidade das regras.....	110
<b>5 A Não Aplicação da Regra do <i>Stay Period</i> pelo Superior Tribunal de Justiça e Contrapontos.....</b>	<b>113</b>
5.1 Superior Tribunal de Justiça: derrotabilidade da regra ou discricionariedade .....	113
5.2 Suprema Corte dos Estados Unidos e Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo: manejo da regra mercantil específica .....	137
<b>Conclusão .....</b>	<b>161</b>
<b>Referências.....</b>	<b>165</b>